

O estatuto remuneratório da designada é o fixado para os secretários pessoais, conforme o artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, e para efeitos do previsto no artigo 12.º do mesmo diploma, a respetiva nota curricular é publicada em anexo.

2 de novembro de 2017. — A Provedora de Justiça, *Maria Lúcia Amaral*.

Nota curricular

Lina Maria da Fonseca Rocha Mascarenhas, natural de Lisboa (22.06.1963).

Curso de Técnicas de Secretariado do IIEFP, com aprovação final de 17 valores (1994).

Frequência do 2.º ano do Curso Tradutores e Intérpretes no ISLA. 12.º ano de escolaridade na área de Humanísticas (Literatura Portuguesa, Inglês, Francês).

Inglês — Grau V — Oxford School.

Francês — 5.º ano — Cambridge School.

Secretária do Gabinete do Provedor de Justiça — 1996/2017.

Secretária de Direção — Gabinete do Diretor de Projeto — Nova- ponte — Agrupamento para a Construção da Segunda Travessia sobre o Tejo ACE — 1995/1996.

Secretária do Departamento de Importação — Sousa & Holstein, L.da — 1989/1995.

Secretariado do Departamento de Ginástica — Sporting Clube de Portugal — 1984/1989.

310928167

Despacho n.º 10303/2017

Nos termos do disposto no artigo 27.º, n.os 2 e 3, do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de agosto, na sua redação atual, nomeio para exercer funções especializadas nas matérias relacionadas com as crianças, idosos e portadores de deficiência, no âmbito do funcionamento da Linha da Criança, da Linha do Cidadão Idoso e do Cidadão com deficiência, a licenciada Paula Alexandra Sequeira Rosa Marcelino, com efeitos à data do presente despacho.

É-lhe atribuída a remuneração mensal ilíquida de € 2.047,50, acrescida dos subsídios de férias e de Natal, nos termos legalmente previstos.

Conforme o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a respetiva nota curricular é publicada em anexo.

2 de novembro de 2017. — A Provedora de Justiça, *Maria Lúcia Amaral*.

Nota Curricular

Paula Alexandra Sequeira Rosa Marcelino, natural de Lisboa (01.09.1972).

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1996).

Pós-graduada em Ciências Jurídico — Administrativas, pela mesma Faculdade (2000).

Advogada, com inscrição suspensa a requerimento da própria.

Especialista no Gabinete do Provedor de Justiça no Núcleo da Criança, do Idoso e do Cidadão com Deficiência (N-CID) na Provedoria de Justiça, trabalhando em matérias relacionadas com os direitos das crianças, dos idosos e dos cidadãos portadores de deficiência — 2010/2011 e 2012/2017.

Representante do Provedor de Justiça na Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens — 2013/2015.

Assessoria jurídica no Gabinete de Apoio Jurídico do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa — 2006/2007.

Advogada no Departamento Jurídico da Câmara Municipal de Lisboa — 1998/2006.

Frequência de ações de formação no âmbito do direito administrativo e responsabilidade civil extracontratual do Estado, e de conferências no âmbito dos direitos das crianças, das pessoas idosas e do cidadão com deficiência.

310928191

Despacho n.º 10304/2017

Nos termos do disposto no artigo 27.º, n.os 2 e 3, do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de agosto, na sua redação atual, nomeio para exercer funções especializadas no âmbito de um projeto integrado de atendimento ao cidadão, incluindo a receção e distribuição de queixas, relações públicas e linhas telefónicas do cidadão idoso, da criança e da pessoa com deficiência, a licenciada Carla Sofia Pestana Chaves e Castro da Encarnação, técnica superior do mapa de pessoal da Direção-Geral da Política da Justiça, com efeitos à data do presente despacho.

É-lhe atribuída a remuneração mensal ilíquida de € 2.987,25, acrescida dos subsídios de férias e de Natal, nos termos legalmente previstos.

Conforme o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a respetiva nota curricular é publicada em anexo.

2 de novembro de 2017. — A Provedora de Justiça, *Maria Lúcia Amaral*.

Nota curricular

Carla Sofia Pestana Chaves e Castro da Encarnação, natural de Coimbra (10.04.1970).

Licenciada em Direito pela Universidade Católica de Lisboa, Ciências Jurídicas — 1989/1993.

Advogada, com inscrição suspensa a requerimento da própria.

Especialista no Gabinete do Provedor de Justiça no âmbito de um projeto integrado de atendimento ao cidadão, incluindo a receção e distribuição de queixas, relações públicas e linhas telefónicas do cidadão idoso, da criança e da pessoa com deficiência — 2015/2017.

Jurista no Departamento de Assuntos Jurídicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Direção de Serviços de Direito Internacional — 2015.

Jurista no Departamento de Assuntos Jurídicos da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, Membro do Conselho Editorial — 2013/2015.

Jurista na Direção Geral da Política de Justiça, Gabinete de Relações Internacionais, Unidade para a Justiça Penal — 2010/2013.

Jurista na Direção Geral da Administração Interna, área de Relações Internacionais, Núcleo de Organizações e Missões Internacionais — 2009/2010.

Técnica Superior do Gabinete para as Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação do Ministério da Justiça, Membro do Grupo de Trabalho sobre Corrupção da OCDE — 2001/2009.

Inspetora Superior da Inspeção Geral das Atividades Económicas, Coordenadora Nacional de Área Operacional e Coordenadora de Sector — 1999/2001.

Jurista no Gabinete de Documentação e Direito Comparado da Procuradoria-Geral da República, Sector de Problemas Criminais, Assessoria Jurídica à Presidência Portuguesa de Schengen — 1997/1999.

Membro da Comissão de Acompanhamento e Aplicação do Código da Estrada junto da Direção Geral de Viação — 1994/1997.

Programa Avançado de Gestão para Executivos da Universidade Católica de Lisboa — Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais — Católica Lisbon School of Business & Economics — 1995.

Certificate of Proficiency in English (CPE) emitido pela Universidade de Cambridge — 2001.

Curso de Mediação Geral e Mediação Penal da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa e da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima — 2008.

310928231

Despacho n.º 10305/2017

Nos termos do disposto no artigo 27.º, n.os 2 e 3, do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de agosto, na sua redação atual, nomeio para exercer funções especializadas na área da assessoria de imprensa e realizar ações de comunicação e de divulgação institucional, a licenciada Catarina Isabel Feitor Simões, com efeitos à data do presente despacho.

É-lhe atribuída a remuneração mensal ilíquida de € 2.553,00, acrescida dos subsídios de férias e de Natal, nos termos legalmente previstos.

Conforme o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a respetiva nota curricular é publicada em anexo.

2 de novembro de 2017. — A Provedora de Justiça, *Maria Lúcia Amaral*.

Nota curricular

Catarina Isabel Feitor Simões, natural de Coimbra (14.11.1976).

Licenciada em Serviço Social pelo Instituto Superior *Bissaya Barreto*, em Coimbra. Frequência do *Master* em Estudos Sociais Europeus Comparativos, no âmbito do Programa Sócrates — Erasmus, na *Zuyd University* em Maastricht, Holanda, frequência da Pós-graduação em Direito de Igualdade de Género, na Faculdade de Direito de Coimbra.

Pós-graduada em Direito e os Direitos das Pessoas com Deficiência no Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa e pós-graduada em Comunicação e *Marketing* Político no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Frequência do Mestrado em Ciência Política no mesmo Instituto.

Assessora de Imprensa no Gabinete do Provedor de Justiça — 2013/2017.

Coordenadora Executiva na organização não-governamental de âmbito nacional Formem, em Lisboa — 2003/2012.

Assistente Social e Assessora do Departamento de Formação Profissional na empresa Despertar — Psicologia e Desenvolvimento Educacional, L.ª, em Viana do Castelo — 2002/2003.

Tradutora de livro publicado.

Frequência em ações de formação nas áreas de comunicação social, marketing político, ciência política, revisão de texto, direitos humanos, deficiência, pobreza, exclusão social e políticas sociais.

310928272

Despacho n.º 10306/2017

Nos termos do disposto no artigo 31.º, n.º 6, do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de agosto, na sua redação atual, designo para exercer as funções de motorista afeto ao meu Gabinete, António Acácio Fernandes do Espírito Santo, assistente operacional do mapa de pessoal da Provedoria de Justiça, com efeitos à data do presente despacho.

O estatuto remuneratório do designado é o fixado para os motoristas de gabinete, conforme o artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, e para efeitos do previsto no artigo 12.º do mesmo diploma, a respetiva nota curricular é publicada em anexo.

2 de novembro de 2017. — A Provedora de Justiça, *Maria Lúcia Amaral*.

Nota curricular

António Acácio Fernandes do Espírito Santo, natural da Covilhã (30.08.1954).

Certificação do 3.º Ciclo do Ensino Básico, equivalente ao 9.º ano de escolaridade (2010).

Motorista do Gabinete do Provedor de Justiça — 2011/2017.

Assistente operacional do mapa de pessoal da Provedoria de Justiça, exercendo funções de motorista, desde 2011.

Motorista de ligeiros do mapa de pessoal geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros — 2005/2011.

Motorista de ligeiros requisitado no Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça — 2005.

Motorista de ligeiros do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça — 1999/2005.

Motorista do Gabinete do Secretário de Estado da Justiça — 1999/2004.

Motorista do Gabinete do Ministro da Justiça — 1991.

Motorista do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Judiciária — 1990.

Motorista de ligeiros do mapa de pessoal do Centro de Estudos Judiciários — 1988/1999.

Motorista de ligeiros do mapa de pessoal do Centro de Estudos da Profilaxia da Droga — 1984/1988.

Ingresso na função pública como contínuo do mapa de pessoal do Gabinete Coordenador do Combate à Droga — 1977/1984.

310928337

Despacho n.º 10307/2017

Nos termos do disposto no artigo 31.º, n.º 6, do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de agosto, na sua redação atual, designo para exercer as funções de motorista afeto ao meu Gabinete, Agostinho Henrique Ferreira da Fonseca, assistente operacional do mapa de pessoal da Provedoria de Justiça, com efeitos à data do presente despacho.

O estatuto remuneratório do designado é o fixado para os motoristas de gabinete, conforme o artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, e para efeitos do previsto no artigo 12.º do mesmo diploma, a respetiva nota curricular é publicada em anexo.

2 de novembro de 2017. — A Provedora de Justiça, *Maria Lúcia Amaral*.

Nota curricular

Agostinho Henrique Ferreira da Fonseca, natural de Tabuaço (12.03.1971).

Certificação de Nível Secundário, equivalente ao 12.º ano de escolaridade (2009).

Motorista do Gabinete do Provedor de Justiça — 2011/2017.

Assistente operacional do mapa de pessoal da Provedoria de Justiça, exercendo funções de motorista, desde 2011.

Assistente operacional do mapa de pessoal da Direção-Geral do Tribunal de Contas em período experimental exercendo funções de motorista — 2011.

Motorista de ligeiros do mapa de pessoal da Inspeção-Geral da Administração Local (ex-Inspeção-Geral da Administração do Território) — 2001/2011.

Motorista de ligeiros requisitado na Inspeção-Geral da Administração do Território — 2000.

Ingresso na função pública como motorista de transportes coletivos do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Almada — 1999/2000.

Motorista de transportes coletivos na Câmara Municipal de Almada — 1998.

310928353

Despacho n.º 10308/2017

Nos termos do disposto no artigo 31.º, n.º 6, do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de agosto, na sua redação atual, designo para exercer as funções de motorista afeto ao meu Gabinete, Ulisses Edilson Fernandes da Costa, assistente operacional do mapa de pessoal da Provedoria de Justiça, com efeitos à data do presente despacho.

O estatuto remuneratório do designado é o fixado para os motoristas de gabinete, conforme o artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, e para efeitos do previsto no artigo 12.º do mesmo diploma, a respetiva nota curricular é publicada em anexo.

2 de novembro de 2017. — A Provedora de Justiça, *Maria Lúcia Amaral*.

Nota curricular

Ulisses Edilson Fernandes da Costa, natural de Angola (06.03.1968). 9.º ano de escolaridade.

Motorista do Gabinete do Provedor de Justiça — 2004/2017.

Assistente operacional do mapa de pessoal da Provedoria de Justiça, exercendo funções de motorista, desde 2005.

Motorista de ligeiros do mapa de pessoal geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros — 1998/2004.

Motorista de ligeiros do mapa de pessoal da Direção-Geral do Turismo — 1998.

Ingresso na função pública como guarda-noturno do mapa de pessoal de Vinculação do Distrito de Setúbal do Ministério da Educação — 1994/1998.

310928386



PARTE C

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Secretário de Estado da Internacionalização

Despacho n.º 10309/2017

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 a 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de

janeiro, designo para exercer as funções de técnica especialista no meu gabinete a licenciada Catarina Vultos Sequeira.

2 — Para efeitos do disposto na alínea d) no artigo 12.º do referido decreto-lei, a designada desempenhará funções principalmente na área de assessoria jurídica e de planificação estratégica.

3 — O estatuto remuneratório da designada é o dos adjuntos, conforme o n.º 6 do artigo 13.º do mencionado decreto-lei.

4 — Para efeitos do disposto nas alíneas a) e b) do artigo 12.º do mesmo Decreto-Lei, a nota curricular da designada é publicada em